CDD: 192

A Oposição de Berkeley ao Ceticismo

JAIMIR CONTE

Departamento de Filosofia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
NATAL, RN

conte@cchla.ufrn.br
www.cfh.ufsc.br/~conte

Resumo: *Um dos principais objetivos de Berkeley nos* ***Princípios*** *e nos* ***Três Diálogos****, como expressamente enunciado nos títulos completos dessas duas obras e nos cadernos de anotações que antecipam sua elaboração, é a refutação do ceticismo. Este artigo procura explicitar o que Berkeley entende por ceticismo e indicar quais os princípios ou doutrinas que, segundo ele, suscitam as dúvidas dos céticos. Em seguida, procura mostrar como se dá a oposição de Berkeley ao ceticismo. No final, sugere que a (suposta) refutação do ceticismo por parte de Berkeley, dada a doutrina que ele mesmo denomina de imaterialismo, não se baseia apenas na defesa do princípio* ***esse est percipi****, mas é complementada pela tese de que os objetos e suas qualidades sensíveis são imediatamente percebidos. Uma tese que, na concepção de Berkeley, é compatível com a visão do senso comum, o que sugere que ele talvez pudesse considerar a sua teoria da percepção como uma forma de realismo direto.*

Palavras chave: *Ceticismo. Representacionalismo. Realismo indireto. Realismo direto.*

Abstract: *One of Berkeley's main goals in the* ***Principles*** *and in the* ***Three Dialogues****, as expressly stated in the full titles these two works, as well as in the* ***Philosophical Commentaries****, is the refutation of skepticism. This article aims to elucidate what Berkeley means by skepticism and to indicate which principles or doctrines, according to him, are at the root of the skeptics' doubts. An attempt is made to show how Berkeley elaborated his opposition to skepticism. Finally, it is suggested that Berkeley's (alleged) refutation of the skepticism, given his doctrine of immaterialism, is not based only on the* ***esse est percipi*** *principle, but also on the thesis that the objects and their sensible qualities are immediately perceived. It is pointed out that, in Berkeley's view, this thesis is compatible with common sense, what makes it plausible to consider his theory of perception as a form of direct realism.*

Keywords: *Skepticism. Representacionalism. Indirect Realism. Direct realism.*

1. Introdução

Um dos principais objetivos de Berkeley ao escrever os *Princípios* (1710) e os *Diálogos* (1713) era rejeitar as conseqüências céticas implícitas, em sua opinião, nas doutrinas dos "novos filósofos", dentre as quais ele inclui particularmente as teorias de Descartes e Locke, e, ao mesmo tempo, fornecer novos princípios para uma filosofia da percepção que estivesse livre dos ataques do ceticismo. Ao fazer isso ele pretendia também erradicar as "causas dos erros e dificuldades nas ciências". Berkeley expõe claramente esses objetivos nos títulos completos de ambas as obras. Richard Popkin chamou a atenção para essa evidência, destacando o fato de que os títulos completos de ambos os livros mencionam a defesa de uma posição contrária ao ceticismo, numa clara indicação de que uma das preocupações centrais de Berkeley foi evitar os perigos do ceticismo (*Cf.* Popkin, 1983). O título completo dos *Princípios* é: "Tratado sobre os princípios do conhecimento humano, no qual se investigam as principais causas dos erros e das dificuldades nas ciências e os motivos do ceticismo, do ateísmo, e da irreligião". O título completo dos *Diálogos* é: "Três diálogos entre Hylas e Philonous, cujo objetivo é demonstrar com clareza a realidade e perfeição do conhecimento humano, a natureza incorpórea da alma e a imediata providência de uma divindade: em oposição aos céticos e ateus; também desenvolver um método para tornar as ciências mais fáceis, úteis, e sucintas". Tanto nos *Princípios* como nos *Diálogos* Berkeley procura fazer aquilo que promete nos subtítulos de ambas as obras.

Neste artigo, contudo, limitar-me-ei a uma análise da oposição de Berkeley ao ceticismo. As críticas ao agnosticismo e ao ateísmo, e os demais objetivos mencionados nos subtítulos citados, ainda que fundamentais para os propósitos gerais do projeto filosófico de Berkeley, não serão analisados aqui. Em primeiro lugar, procurarei explicitar o que Berkeley entende por ceticismo e indicar quais os princípios ou doutrinas que, segundo ele, suscitam as dúvidas dos céticos.

Em seguida, meu propósito é mostrar como se dá a oposição de Berkeley ao ceticismo. No final, pretendo sugerir que a (suposta) refutação do ceticismo por parte de Berkeley, dada a doutrina que ele mesmo denomina de imaterialismo, não se baseia apenas na defesa do princípio *esse est percipi*, mas é complementada pela tese de que os objetos e suas qualidades sensíveis são imediatamente percebidos. Uma tese que, na concepção de Berkeley, é compatível com a visão do senso comum, o que sugere que ele talvez pudesse considerar a sua teoria da percepção como uma forma de realismo direto.

Antes de tornar público seu objetivo claramente contrário aos céticos, Berkeley sublinhou a importância de refutar o ceticismo nos comentários que fez em seu caderno de anotações, conhecido atualmente como *Comentários filosóficos*, onde anotou várias vezes que o ceticismo era a opinião contra a qual ele se opunha, ou, que ela era a opinião diretamente oposta àquela que ele estava defendendo. Por exemplo, na anotação 304, ele afirma: "O contrário do Princípio (i.e. *esse est percipi*) introduz o ceticismo" (*PC*, 304), e mais adiante, na anotação 411: "O oposto do princípio que assumi tem sido a principal fonte de todo esse ceticismo e loucura, de todas essas contradições inextricáveis e absurdas confusões que em todas as épocas tem sido uma censura à razão humana" (*PC*, 411; Cf. também, dentre outras, as anotações 79 e 563).

No primeiro parágrafo da Introdução aos *Princípios* Berkeley afirma que a tentativa de entender a natureza das coisas levou os homens a todos os tipos de "singulares paradoxos, dificuldades e inconsistências, que se multiplicam e aumentam à medida que avançamos em nossas especulações; até que, finalmente, tendo divagado por muitos labirintos intrincados, nos encontramos exatamente no mesmo ponto em que estávamos, ou, o que é pior, lançados num ceticismo desesperado" (P, i, 1). Nos parágrafos seguintes, então, ele deixa claro seu propósito de fazer um diagnóstico das causas do ceticismo. Mais precisamente, de apontar os princípios ou doutrinas que

suscitam as dúvidas dos céticos. "Meu propósito é, portanto, tentar descobrir quais são esses princípios que introduziram todas essas dúvidas e incertezas, esses absurdos e contradições nas diversas seitas filosóficas, a tal ponto que os homens mais sábios chegaram a pensar que a nossa ignorância é incurável" (P, i, 4).

No mesmo parágrafo Berkeley expõe um segundo objetivo, o de examinar e afastar os princípios que ele pensa que conduzem ao ceticismo: "...pode haver algum fundamento para suspeitar que esses obstáculos e dificuldades, que estorvam e impedem a mente em sua busca da verdade, não surgem de nenhuma obscuridade e complexidade nos objetos, nem de defeitos do nosso entendimento, mas sim de falsos princípios que têm sido aceitos e que poderiam ter sido evitados". (*Ibid.*).

Ao fazer isso, como revela no Prefácio aos *Diálogos*, Berkeley considerou que estaria ao mesmo tempo atingindo um terceiro objetivo, isto é, refutando o próprio ceticismo: "*Se os princípios que aqui me esforço para propagar forem admitidos como verdadeiros*, *as conseqüências que*, *eu penso*, *evidentemente decorrem são que o* ateísmo *e o* ceticismo *serão completamente destruídos*, *muitas questões intricadas tornadas claras*, *grandes dificuldades resolvidas*, *várias partes inúteis da ciência eliminadas*, *a especulação submetida à experiência*, *e os homens reconduzidos dos paradoxos ao senso comum*". (D, *Prefácio*, p. 168).

Ainda no Prefácio aos *Diálogos*, obra destinada a "colocar sob nova perspectiva" certos princípios expostos no *Tratado*, Berkeley afirma que a principal virtude de sua teoria, se correta, seria a de que com ela os obstáculos que "arrastam ao ceticismo" seriam "removidos" (*Ibid.*, p. 168).

A preocupação de Berkeley em deixar claro nesses textos que o contrário do princípio assumido por ele introduz o ceticismo, não deixa dúvida de que o combate ao ceticismo foi um dos objetivos centrais de seu projeto filosófico.

2. Tipos de ceticismo

O primeiro ponto que precisamos esclarecer é sobre que tipo de ceticismo constituía o alvo de Berkeley. Sabemos hoje que o ceticismo pode assumir muitas formas e ser endereçado a uma variedade de questões muito diferentes, a tal ponto que alguém pode ser considerado um cético sobre determinadas questões sem, no entanto, ser considerado um cético sobre todo suposto conhecimento. Isso sugere que podemos fazer uma distinção, por exemplo, entre ceticismo *local* e ceticismo *global*. Ou, ainda, alguém pode ser considerado um cético quanto à possibilidade de termos *conhecimento* ou *crenças justificadas* sobre a natureza do mundo, sem, contudo, ser também um cético quanto à própria existência do mundo exterior.

Na época de Berkeley – sem contar o devido crédito que Descartes deu ao ceticismo a fim de, em seguida, refutá-lo –, o autor que forneceu a mais forte caracterização do ceticismo moderno, apresentando uma nova versão do pirronismo, desenvolvido a partir dos argumentos dos racionalistas do século XVII e baseada nos argumentos clássicos do pirronismo de Sexto Empírico, foi Pierre Bayle. Em seu *Dictionaire historique et critique* (1694), particularmente na nota B do artigo sobre *Pirro* de Élis e nas notas G e H do artigo sobre *Zenon* de Eléia, Bayle expõem vários argumentos a favor do ceticismo. O pirronismo como apresentado por Bayle foi sustentado por muitos autores a fim de levantar sérias ameaças à ciência e à religião; a fim de atacar todas as reivindicações de conhecimento ou de crença justificada. Perguntava-se, entre outras coisas, qual era o critério por meio do qual alguém sabia quais percepções eram verdadeiras, e – no caso de se distinguir entre idéias e coisas, aparência e realidade, entre *esse* e *percipi* – quais aparências permitiam o conhecimento da realidade e, então, naturalmente, qual era o critério *desse* critério?

Berkeley, que parece ter conhecido os argumentos de Bayle[1], qualifica o que ele entende por ceticismo, explícita ou implicitamente, tanto nos *Comentários filosóficos* como nos *Princípios* e nos *Diálogos*. Ele apresenta três opiniões que indicam as concepções ou tipos de ceticismo que ele tinha em mente.

1ª) No começo do primeiro *Diálogo* Berkeley caracteriza o cético, nas palavras do personagem Hylas, como alguém que "duvida de tudo" (D, I, p. 201). Ou seja, o cético seria aquele que "não abraça o lado positivo nem o lado negativo de uma questão". Pois, "qualquer um... pode entender que *duvidar* não significa outra coisa senão uma suspensão entre ambos" (*idem*). Essa definição, compatível com a doutrina segundo a qual toda proposição é duvidosa, está de acordo com uma forma epistêmica de ceticismo global que inclui todo suposto conhecimento e está mais profundamente enraizada na história da filosofia. A definição apresentada está de acordo com o ceticismo antigo, que se caracterizava pela suspensão do juízo, por não aceitar nenhum dos lados de uma questão. Mas a caracterização do cético como aquele que duvida de tudo é desprezada por Hylas como autocontraditória, e não parece ser exatamente a tese cética que Berkeley tinha em vista refutar diretamente.

Na seqüência dos *Diálogos* Hylas observa: "O que você pensa da desconfiança dos sentidos, de negar a real existência das coisas sensíveis, ou de fingir que nada conhecemos a seu respeito? Não será

[1] Segundo Popkin (1983), há evidências de que as discussões e refutações do ceticismo que Berkeley promove nos *Princípios* e *Diálogos* foram feitas, em grande medida, à luz do ceticismo exposto nos artigos sobre Zenão e Pirro do *Dictionaire historique et critique*, de Bayle. Segundo Popkin, "se examinarmos uma parte do material nesses artigos e a forma como Berkeley aparentemente usou esse material, e a evidência de que Berkeley referiu-se a esse material nos *Philosophical Commentaries* ... encontraremos a chave do interesse de Berkeley pelo ceticismo, e então seremos capazes de interpretar as discussões e refutações do ceticismo nos *Princípios* e *Diálogos*." (Popkin, 1983, 379).

isso suficiente para denominar um homem de *cético*? (D, I, p. 173). Philonous concorda com essa observação e diz: "Devemos então examinar qual de nós é que nega a realidade das coisas sensíveis ou declara a maior ignorância a seu respeito, já que, se compreendo você corretamente, este deve ser considerado o maior *cético*? (*Ibid*.). Esse trecho dos *Diálogos* permite indicar outras duas noções de ceticismo que Berkeley tinha em mente.

2ª) A segunda noção de ceticismo que Berkeley tinha em vista é a tese segundo a qual não obtemos um conhecimento verdadeiro por meio dos sentidos, quer sobre a natureza ou sobre a existência dos objetos externos. Essa segunda definição constitui uma forma de ceticismo epistêmico local, baseada nas limitações ou na fraqueza dos sentidos, concernente apenas ao conhecimento perceptivo. Ela não caracteriza exatamente o ceticismo antigo, que questionava tanto a capacidade dos sentidos quanto a da razão e cuja ênfase era a suspensão do juízo ou não adoção de nenhum lado de uma questão. A referência de Berkeley aqui é ao ceticismo moderno, que incidia principalmente na capacidade dos sentidos.

3ª) O outro tipo de ceticismo que Berkeley tinha presente aparece na definição do cético como aquele que "nega a existência real das coisas sensíveis, ou declara a maior ignorância a seu respeito" (D, I, p. 202). Ou, como dirá em outras passagens, "que duvida da existência dos corpos" (P, 86; *PC*, 79, 304-305). Este terceiro tipo está de acordo com uma forma de ceticismo que nega a existência de toda uma classe de entidades, no caso, dos objetos físicos ordinários. Mais uma vez a referência é ao ceticismo moderno, em particular tal como formulado por Descartes na sua radicalização da dúvida metódica.

Estas são as três diferentes opiniões que Berkeley tem em mente quando pensa nos céticos. Elas formam a base da visão que Berkeley tem do ceticismo, que não "não se preocupa com a diferença entre céticos antigos e céticos modernos, ainda que pareça reconhecer a diferença entre eles, como mostra a distinção entre dois tipos

diferentes de argumentos: argumentos que mostrariam que não podemos conhecer sequer a existência dos objetos externos ou nosso próprio corpo (ceticismo moderno) e argumentos que mostrariam que não podemos saber qual das aparências das coisas corresponde à sua essência (ceticismo antigo)" (Smith, 2005, p. 40).

Conforme as definições apresentadas, o ceticismo que mais incomodou Berkeley parece ter sido o ceticismo referente às duas últimas questões: isto é, se podemos estar seguros de que existe um mundo, ou seja, se podemos estar "seguros da existência das coisas a partir do fato de serem percebidas" (D, *Prefácio*, 167), e se podemos saber como este mundo é. Apesar dos ceticismos quanto a estas duas questões serem de tipos diferentes, eles estão relacionados, na medida em que se baseiam em argumentos semelhantes. Assim, um cético poderia apresentar – a partir de argumentos que dizem respeito à natureza de nossa experiência e que apontam as deficiências de nossa capacidade perceptiva ou, ainda, a partir de argumentos que indicam a fraqueza ou inadequação dos poderes de nossa razão – dois tipos de problemas: por um lado, que não temos nenhum fundamento para afirmar que existe um mundo exterior, em outros termos, que é impossível demonstrar que há corpos; por outro, supondo a existência do mundo exterior, que não podemos conhecê-lo em sua natureza real e intrínseca, isto é, que é impossível conhecer a realidade última das coisas. Nas palavras de Hylas, não só que "somos ignorantes no que concerne à verdadeira e real natureza das coisas, como também no tocante à sua existência". (D, III, p. 228).

Berkeley tinha consciência destas duas alternativas do ataque cético – pois elas são decorrentes do desenvolvimento da filosofia de Descartes, a qual, como dissemos, forma uma parte do pano de fundo de suas preocupações –, e considerou que sua resposta eliminava os dois problemas ao mesmo tempo. O fato de Berkeley considerar que tinha uma resposta para os dois problemas merece ser destacado, pois, como alguém poderia objetar, uma resposta ao desafio cético

sobre a existência do mundo exterior não constitui também uma resposta ao ceticismo sobre nosso conhecimento da natureza intrínseca do mundo, uma vez que é logicamente possível estabelecer que existe um mundo exterior sem necessariamente determinar como este mundo é.

Tendo deixado claro que um de seus objetivos era refutar o ceticismo, Berkeley passa a se referir às principais alegações dos céticos, confirmando que ele tem em vista os dois últimos problemas apresentados acima, especialmente o ceticismo relativo à percepção. Segundo ele, os céticos alegam "a obscuridade das coisas, ou a fraqueza e imperfeição natural de nosso entendimento" (P, i, 2), e afirmam que as nossas faculdades são poucas e estreitas, impróprias "para penetrar na essência íntima e constituição das coisas." (P, 2). Ou seja, uma das fontes do ceticismo estaria relacionada à natureza da representação sensorial. Os argumentos céticos se apoiariam na alegação da falta de evidência dos sentidos; na suposição de que estes nos enganam sistematicamente ou são instrumentos de conhecimento inadequados. É com base em semelhantes alegações, segundo Berkeley, que os céticos "triunfam". Pois, todo o arsenal de argumentos que apresentam mostra que "estamos numa insuperável cegueira com relação à *verdadeira* e *real* natureza das coisas". Que "somos miseravelmente enganados... pelos nossos sentidos, e envolvidos apenas com o aspecto exterior das coisas". Que a "essência real", as "qualidades internas", e "toda a constituição dos mais ínfimos objetos, ocultam-se e escondem-se" (P, 101).

Ao contrário dos céticos, Berkeley alegará que o seu objetivo não é o de "desacreditar os sentidos" e de encaminhar seus leitores ao ceticismo. Ele afirma: "Não pretendo que ninguém se torne *cético*, e duvide de seus sentidos; pelo contrário, dou a eles [aos sentidos] toda importância e certeza imagináveis; nem existem princípios mais opostos ao ceticismo do que estes que exponho" (P, 40). E ainda: "quem quer que leia meu livro com a devida atenção verá claramente

que existe uma direta oposição entre os princípios contidos nele e aqueles dos céticos, e que eu não questiono a existência de qualquer coisa que percebemos pelos nossos sentidos".

3. A causa do ceticismo

Como sublinhamos acima, um dos objetivos de Berkeley consiste em fazer um diagnóstico das doutrinas que ocasionam o ceticismo. As duas principais doutrinas que ele acusa de terem conseqüências céticas são: (a) a teoria das idéias abstratas[2] e, (b) a doutrina da substância material[3]. Na verdade, Berkeley considerava que havia um vínculo entre as duas, que a primeira favorecia a segunda, ambas contrariando o seu princípio *esse est percipi*. Vejamos como Berkeley relaciona o ceticismo a cada uma dessas duas doutrinas.

3.1 A teoria das idéias abstratas

O diagnóstico de Berkeley de que a teoria das idéias abstratas tem conseqüências céticas é apresentado especialmente na obra *Nova Teoria da Visão*, seções 122-126; na Introdução e parágrafos 10-12 dos *Princípios*, bem como em algumas passagens dos *Diálogos*.

Na Introdução aos *Princípios* Berkeley alega que a teoria das idéias abstratas é a principal causa do ceticismo e que desacreditá-la é um passo preliminar necessário para a apresentação das suas próprias

[2] A crítica de Berkeley é dirigida contra toda uma tradição de pensamento, ainda que se refira mais particularmente à doutrina das idéias abstratas de Locke. (Cf. Flage, 1987, p. 13-53).

[3] O alvo de Berkeley, nesse caso, inclui especialmente as concepções de substância material presentes nas doutrinas de Locke e Descartes, as quais, embora distintas, são praticamente identificadas por Berkeley. Como parte da estratégia para atacá-las Berkeley desenvolveu também uma crítica à distinção entre qualidades primárias e secundárias defendida de um modo ou de outro, além de por Descartes e Locke, por Galileu, Boyle, Newton, entre outros.

teses. Ele inicia a análise da teoria das idéias abstratas dizendo que sua investigação é de grande importância para apontar a fonte das maiores perplexidades e erros na filosofia. Afirma que uma difundida e irrefletida aceitação da "opinião de que a mente tem um poder de formar *idéias abstratas* ou noções das coisas" tinha espalhado confusão por toda a filosofia e nas ciências, tanto nas naturais como nas matemáticas. Que ela tinha "contribuído muito para tornar a especulação "intrincada e obscura", tendo "ocasionado inúmeros erros e dificuldades em quase todas as áreas do conhecimento". (P, i, 6; P, 143). A falta de progresso filosófico não decorreria de uma fraqueza ou imperfeição natural de nossas faculdades, nem de sua finitude (P, i, 3), mas de um mau uso delas e da aceitação de falsos princípios. Daí porque, afirma, "a maior parte das dificuldades, senão todas, que até agora entretiveram os filósofos e obstruíram o caminho do conhecimento, devem-se inteiramente a nós mesmos; que primeiro levantamos a poeira e depois nos queixamos por não ver" (P, i,4). Assim, ele considera que a saída para colocar a filosofia no caminho certo pode ser encontrada revendo esses falsos princípios "adotados no mundo", dentre os quais "nenhum talvez exerceu maior influência no pensamento dos homens especulativos do que o das idéias gerais *abstratas*". (P, i, 17). Essa doutrina contribuiu para aumentar as dificuldades em relação ao nosso conhecimento, de tal modo que, "se não tomarmos o cuidado de livrar os primeiros princípios do conhecimento das dificuldades e do engano das palavras, poderemos fazer infinitos raciocínios sobre eles em vão; poderemos tirar conseqüências de conseqüências e nunca avançar no saber; por mais que avancemos, apenas nos perderemos mais irrecuperavelmente e nos veremos mais profundamente envolvidos em dificuldades e erros" (P, i, 25).

Na obra *Nova Teoria da Visão*, Berkeley expressa a opinião de que a rejeição da doutrina das idéias abstratas libertaria todos os ramos do saber de uma incômoda e falsa doutrina, extirpando aquele "prolífico ventre que deu à luz inúmeros erros e dificuldades em

todas as partes da filosofia e em todas as ciências" (NTV, 125). Nos *Princípios* ele volta a enfatizar o papel pernicioso da abstração por ela favorecer a separação do *esse* das coisas de seu *percipi* e a crença em objetos físicos fora da mente. "Se examinarmos bem este princípio [que as coisas 'têm uma existência natural ou real diferente da de serem percebidas pelo entendimento'], descobriremos, talvez, que no fundo ele depende da doutrina das *idéias abstratas*. Pois pode haver uma maneira mais sutil de abstração do que distinguir a existência dos objetos sensíveis do fato de serem percebidos, assim como concebê-los existindo impercebidos?" (P, 5).

Como sobre outros pontos, existem divergências entre os comentadores sobre a crítica de Berkeley à abstração e o papel que ela desempenha na defesa do imaterialismo. Para A. A. Luce ela é importante, mas "não tão importante... A refutação da matéria não se baseia na refutação das idéias abstratas; mas a refutação de uma ajuda muito nossa apreciação... da outra." (Luce, 1945, p. 36). Mas isso não parece ser o que Berkeley pensava. Ele via uma importante conexão entre o antiabstracionismo e o imaterialismo; pensava que assumir uma posição antiabstracionista era uma conseqüência necessária do princípio que ele estava propondo. Várias passagens indicam que Berkeley acreditava que a "estranha doutrina das *idéias abstratas*" era uma importante fonte da crença na "doutrina das substâncias extensas e móveis, existentes fora da mente" (P, i, 11); que ele julgava que havia uma conexão entre a doutrina da abstração e a doutrina da substância material, concebida como algo subjacente que os sentidos não podem atingir. A teoria das idéias abstratas favoreceria uma concepção de realidade considerada à parte ou diferente da realidade imediatamente percebida, e teria por conseqüência alimentar uma teoria da representação, segundo a qual nossas idéias representariam alguma coisa, ou um *substratum*, não percebido. Na opinião de Berkeley, portanto, a teoria do "fino e sutil véu das *idéias abstratas*" (P, i, 22) seria responsável por conseqüências absurdas que estariam na raiz

de todas as dificuldades filosóficas, de modo que seria um avanço significativo se a filosofia e as ciências ficassem livres dessa doutrina. Ao atacar as bases da doutrina das idéias abstratas, portanto, Berkeley pretende bloquear uma das principais vias de acesso à tese filosófica da separação entre as "idéias" e as "coisas", e, nessa medida, dar um passo importante no caminho contra o ceticismo.

O principal argumento de Berkeley contra a teoria das idéias abstratas e o processo de abstração é apresentado no parágrafo 10 da Introdução aos *Princípios*. Conhecido como argumento da impossibilidade ou da inconcebilidade (*Cf*. Doney, 1983, p. 297; Winkler, 1989, cap. 2), o argumento desenvolvido nesse parágrafo procura mostrar que a concebilidade e a possibilidade coincidem. Em outros termos, que um estado de coisas pode ser concebido se e somente se ele é possível. Mas dado que as idéias abstratas são impossíveis de serem concebidas, o argumento infere da impossibilidade de se concebê-las a impossibilidade de sua existência. Para Berkeley, mostrar que uma idéia abstrata consiste numa separação mental que não pode ser concebida significa, pois, mostrar que não pode existir. Por isso ela é absolutamente impossível. E quando Berkeley chama alguma coisa impossível, ele quer dizer que ela é contraditória ou inconsistente. Como coloca nos *Diálogos*, Berkeley acredita que o impossível e o contraditório são a mesma coisa. (*Cf*. D, II, p. 225; *Cf*. também P, 8 e 9). E é impossível dar nosso assentimento a uma contradição porque ela não nos fornece nenhum objeto de crença.

O argumento da inconcebilidade das idéias abstratas desenvolvido por Berkeley pode ser reescrito conforme as seguintes premissas:

1. tudo o que é impossível em existência é inconcebível;
2. é impossível que qualidades ou modos existam independentemente; e
3. portanto, é impossível conceber modos ou qualidades independentemente, ou seja, é impossível abstrair. (Flage, 1987, p. 32)

A crítica de Berkeley à teoria das idéias abstratas como apresentada no parágrafo 10 da Introdução se baseia, na verdade, em dois pontos: (1º) primeiro, que as idéias abstratas são logicamente inconsistentes e, portanto, não podem existir; e (2º), segundo, que não podemos adquirir idéias abstratas porque a abstração requer que separemos em pensamento qualidades que não podem ser separadas na realidade, algo que, pensa Berkeley, todos concordarão que não pode ser feito. Esses argumentos implicam que não há idéias gerais abstratas, e, portanto, que todas as idéias são particulares. Com esses argumentos Berkeley pretende ter rejeitado uma das doutrinas que promoviam o ceticismo.

3.2 A doutrina da substância material

Em seu diagnóstico das causas do ceticismo Berkeley aponta principalmente a doutrina da matéria como a grande responsável pelo ceticismo. Conhecida na filosofia contemporânea como "teoria do véu da percepção" (Bennett, 1971), ou então como realismo representativo ou indireto, essa teoria foi uma das mais influentes doutrinas materialistas, amplamente sustentada nos séculos XVII e XVIII. (Cf. Berman, 1994, 35). Ela pode ser caracterizada como uma teoria segundo a qual os objetos físicos não são percebidos diretamente e que percebemos somente idéias dependentes da mente. Ao postular a existência de uma mente perceptiva, de suas experiências sensoriais e dos objetos materiais externos, o representacionalismo defende: (1) que existem, na percepção, intermediários, ou seja, pelo menos as causas orgânicas de nossas sensações e as sensações mesmas; (2) que nossas sensações são representadas por idéias que seriam milagrosamente boas imagens das coisas e instrumentos para o conhecimento das coisas fora de nós, ou, nas palavras de Berkeley, que "nossas idéias não existem fora da mente, mas que elas são cópias, imagens, ou representações, de certos originais que existem fora da mente". (D, I, p. 205); (3) que nunca vemos as coisas tais como elas são em si mes-

mas; (4) que percebemos os objetos externos somente através da mediação das idéias ou dados dos sentidos.

Segundo o representacionalismo, existe algo no mundo, um *substratum material* independente da mente, que é representado em nossas idéias, mas que por sua própria natureza é inacessível aos nossos sentidos. Embora possamos ter razão para acreditar na sua existência, somos, em princípio, incapazes de descobrir suas propriedades através da experiência, visto que tudo o que podemos adquirir através dos sentidos são as idéias que supomos que ele causa em nós. O representacionalismo apresenta-se, assim, como uma doutrina contrária ao realismo direto do senso comum.

O realismo direto pode ser definido como uma teoria da percepção imediata segundo a qual a mente conhece diretamente os objetos externos. Conforme o realismo direto, aquilo que a mente tem acesso através dos sentidos, as qualidades sensíveis, representa fielmente as propriedades objetivas das coisas, as características do mundo real. O realismo direto partilha a idéia de que a natureza de um objeto é independente das condições perceptivas, considerando que percebemos diretamente as coisas tal como elas realmente são, não havendo um véu interposto ou qualquer intermediário entre nossa mente e os objetos, ocultando ou impedindo nosso acesso ao verdadeiro conhecimento do mundo. De acordo com o realismo direto, aquilo de que temos consciência não são representações aparentes ou irreais do real. Os objetos que estão imediatamente presentes em nossas mentes, na experiência, existem realmente fora da mente tal como são experimentados. Como afirma Montague, o realismo direto, também denominado de realismo ingênuo, "concebe os objetos como diretamente apresentados à consciência e sendo precisamente o que eles parecem ser. Nada se interpõe entre o sujeito que conhece e o mundo externo a ele. Os objetos não são representados na consciência por meio de idéias; eles são eles mesmos diretamente apresentados. Esta teoria não faz nenhuma distinção entre

parecer e ser; as coisas *são* exatamente o que elas *parecem*" (Montague, 1912, p. 39).

Ao considerar que a nossa percepção das coisas se dá de forma indireta o representacionalismo retiraria todas as dificuldades relativas à tese de uma percepção direta, tal como admitida pelo realismo direto e pelas filosofias favoráveis ao senso comum[4]. Berkeley, no entanto, considerou o representacionalismo perigoso por causa de suas implicações céticas. Segundo ele, se não percebemos diretamente os objetos, como o realismo representativo indireto afirma, então o resultado natural é o ceticismo sobre até que ponto as experiências sensoriais, ou as nossas idéias, representam ou se assemelham aos objetos materiais. (*Cf.* Berman, 1994, p. 35).

> Como então é possível que coisas perpetuamente passageiras e variáveis como nossas idéias possam ser cópias ou imagens de alguma coisa fixa e constante? Ou, em outras palavras, já que todas as qualidades sensíveis como tamanho, forma, cor, etc., ou seja, as nossas idéias, estão continuamente mudando a cada alteração na distância, meio, ou instrumento de sensação, como pode qualquer objeto material determinado ser propriamente representado ou retratado mediante várias coisas diversas, cada uma das quais tão diferente e distinta das demais? Ou, se você disser que o objeto se parece com apenas uma de nossas idéias, como poderemos distinguir a cópia verdadeira de todas as outras falsas? (D, I, p. 205-6)

O representacionalismo – ao afirmar que o nosso conhecimento das coisas é dado por meio de nossas idéias, que seriam cópias ou representações das coisas reais – permitiria ao cético alegar que

[4] Uma das dificuldades do realismo direto, já apontadas por Platão no *Teeteto* quando critica a identificação do conhecimento com a sensação, é explicar a ocorrência do erro e da ilusão. (*Ibid.* 157e - 158d). Como afirma Montague (1912, p. 39), "num mundo em que não houvesse uma tal coisa como o erro, esta teoria do conhecimento [o realismo ingênuo] seria inatacável, mas com a descoberta do erro e da ilusão surge a perplexidade."

não temos nenhum meio de ir além de nossas idéias e que nada podemos conhecer no tocante à natureza e existência daquilo que parece ser indicado por elas. Assim, Berkeley reconhece que, a partir do momento em que se admite a existência de um véu perceptivo não somente se concede que não podemos de alguma maneira conhecer a natureza das coisas, mas se reconhece, além disso, que nem mesmo temos certeza se existe uma realidade por trás das aparências. Dado o representacionalismo, o ceticismo seria inevitável, pois não teríamos como demonstrar que nossas idéias se originam de fato da existência de objetos materiais, nem que há argumentos que tornem a existência destes provável; de modo que não estaríamos autorizados a considerá-los como razões adequadas para a justificação das nossas idéias. (*Cf.* P, 20-22). Portanto, é em virtude da suposição da existência externa dos objetos da percepção – os quais existiriam para as idéias como os originais para as cópias – que o ceticismo adquire sua força. É valendo-se da distinção entre entre *esse* e *percipi*, no fundo da velha distinção entre realidade e aparência, que os céticos se baseiam quando apresentam seus argumentos.

Antes mesmo de publicar os *Princípios* e os *Diálogos* Berkeley já havia, nos *Comentários filosóficos*, percebido claramente as tendências céticas implícitas no representacionalismo inerente à filosofia cartesiana e ao corpuscularismo[5]. Na anotação 606 ele oferece um diagnóstico bastante preciso da origem do ceticismo, vinculando toda a força deste à distinção entre coisas e idéias: "A suposição de que as coisas são distintas das idéias elimina toda real verdade e, conseqüentemente, introduz um ceticismo universal, visto que todo o nosso conhecimento e contemplação se confina só às nossas próprias idéias" (*PC*, 606).

[5] Sobre o papel do corpuscularismo na filosofia de Berkeley ver Winkler, 1989, cap. 8; Urmson, 1982, cap. 1.

Nos *Princípios*, parágrafo 86, ele afirma que o grande responsável pelo surgimento do ceticismo é a doutrina segundo a qual a realidade ou a existência das coisas sensíveis é independente de sua percepção por uma mente. Nos termos de Berkeley, que o ceticismo nasce das dificuldades suscitadas por teorias baseadas na dupla existência dos objetos sensíveis:

> Nosso conhecimento delas [i.e. das idéias] tem sido muito obscurecido e confundido, e temos sido levados a erros muito perigosos ao supor uma dupla existência dos objetos dos sentidos: uma *inteligível* ou na mente, outra *real* e fora da mente; pela qual se considera que as coisas não pensantes têm uma subsistência natural própria, diferente da de ser percebida por espíritos. Noção esta que, se não me engano, mostrei ser a mais infundada e absurda, é a verdadeira raiz do *ceticismo*. (...) enquanto o homem pensa que as coisas *reais* subsistem fora da mente, e que seu conhecimento é *real* unicamente na medida em que estiver de acordo com as *coisas reais*, segue-se que nunca pode estar certo de ter um conhecimento real. (P, 86)

E no parágrafo 87 acrescenta:

> Cor, figura, movimento, extensão, etc., consideradas só como outras tantas *sensações* na mente, são perfeitamente conhecidas; pois nada há nelas que não seja percebido. Mas se são consideradas como notas ou imagens que se referem a *coisas* ou a *arquétipos* que existem fora da mente, então nos achamos completamente envolvidos no *ceticismo*. (...) Todo este ceticismo decorre de supormos uma diferença entre *coisas* e *idéias*, e que as primeiras têm uma subsistência fora da mente, ou impercebida. Seria fácil estender-se sobre este assunto, e mostrar como os argumentos apresentados pelos *céticos* de todas as épocas dependem sempre da suposição de que há objetos externos. (P, 87)

No parágrafo 92 Berkeley sustenta que o ceticismo depende da noção de matéria: "... a doutrina da matéria ou substância corpórea tem sido o principal pilar ou suporte do *ceticismo*, e também sobre os mesmos fundamentos têm sido erigidos todos os sistemas ímpios do *ateísmo* e da irreligião" (P, 92). Pois, na medida em que se atribui

uma existência real a coisas não pensantes, distinta da existência perceptível, torna-se impossível conhecermos com evidência a sua natureza e mesmo saber se existem. Em contrapartida, torna-se possível duvidar da existência do céu e da terra, de toda coisa vista ou sentida, i.e. da evidência dos sentidos, mesmo da existência de nossos próprios corpos. (P, 86, 87, 88, 92, 101).

O ceticismo origina-se, então, das dificuldades que há de se "saber se as coisas percebidas são conformes às não percebidas e existentes fora da mente" (P, 86). Pois o cético perguntará: como o acordo pode ser percebido? Como podemos saber se nossas idéias representam o que, supostamente, existe impercebido e não pode ser conhecido de modo algum? Como saber se uma imagem é representação de uma coisa que não percebemos? Apenas se tivermos acesso a ambas poderemos compará-las entre si e saber se as "idéias" correspondem às "coisas". Se as nossas idéias são apenas imagens de coisas reais, "nosso conhecimento, portanto, só será real na medida em que nossas idéias forem representações verdadeiras daqueles originais" (D, III, p. 246). A dificuldade de uma confrontação entre as nossas representações do mundo e o mundo em sua natureza real, garante a força da maioria dos argumentos céticos, que alegam que não temos como confrontar nossas representações com as coisas em *si mesmas*: Segundo a caracterização que Philonous apresenta do realismo representacionalista sustentado por Hylas, "Se esses supostos originais são em si mesmos desconhecidos, é impossível saber até que ponto as nossas idéias se assemelham a eles". (D, III, p. 246).

Berkeley, como já dissemos, considerou que o representacionalismo engendrava o ceticismo; que os questionamentos dos céticos sobre a possibilidade de nosso conhecimento das coisas estavam apoiados no pressuposto realista metafísico de que as "idéias" são uma coisa e as coisas externas outra. Dado o modelo proposto pelo realismo metafísico, o ceticismo decorreria de um hiato entre a natureza da realidade por um lado, e os poderes cognitivos e intelectuais do

homem, por outro; ou seja, entre como as coisas realmente *seriam em si mesmas,* e o que podemos, em princípio, conhecer ou compreender sobre como elas nos aparecem. Todo problema residiria então em como justificar nossas crenças sobre os objetos externos com base no nosso conhecimento imediato das idéias. É por isso que Berkeley considera que o ceticismo é mais propriamente o resultado da invenção dos filósofos do que de dificuldades reais (*Cf.* P, i, 4). A separação entre *esse* e *percipi* produziria, segundo ele, todos os tipos de paradoxos e perplexidades, permitindo ao cético declarar que a existência absoluta de qualquer objeto fora da mente é incognoscível.

Segundo Berkeley, tanto a teoria das idéias abstratas como a doutrina da substância material suscitariam o ceticismo, e pela mesma razão: cada qual implicaria individualmente que a tese *esse est percipi* é falsa. A negação desse princípio, segundo ele, é justamente a afirmação do realismo metafísico, a visão de que os objetos físicos e algumas de suas qualidades existem impercebidas, a qual leva diretamente às conseqüências céticas.

4. A oposição ao ceticismo

Berkeley não se limitou a fazer o diagnóstico das doutrinas que acarretavam o ceticismo, em "descobrir quais são esses princípios que introduziram todas essas dúvidas e incertezas, esses absurdos e contradições nas diversas seitas filosóficas" (P, i, 4). Ele também procurou curar a filosofia desse mal, oferecendo um remédio para eliminar ao mesmo tempo a doença e o hospedador da doença. A doutrina que Berkeley julgou que eliminaria o ceticismo pela raiz é o imaterialismo. Ela seria capaz de eliminar os princípios em que se apóiam as dúvidas céticas, substituindo, assim, "os falsos princípios sobre os quais se tem insistido e poderiam ter sido evitados" (P, i, 4).

Se considerarmos as várias referências de Berkeley nos *Comentários filosóficos* de que ele havia descoberto um novo princípio, isto é, o princípio *esse est percipi*, a oposição de Berkeley ao

ceticismo deve ser considerada como consistindo mais no estabelecimento desse novo princípio – algo que ele faz claramente nos sete primeiros parágrafos dos *Princípios* –, do que propriamente nos seus ataques às doutrinas que hospedam o ceticismo, dentre as quais, como acabamos indicar, a teoria das idéias abstratas e a doutrina da substância material. Em outros termos, Berkeley alega ter argumentos que refutam diretamente o ceticismo antes mesmo de atacar os princípios ou doutrinas dos quais o ceticismo depende.

O argumento *direto* contra o ceticismo que Berkeley alega ter baseia-se no princípio *esse est percipi*. Este princípio estabelece uma identificação entre coisas e idéias e procura mostrar que é contraditório manter que as coisas ou qualidades – que são apenas idéias ou sensações, ou alguma combinação delas –, possam existir sem serem percebidas.

> É de fato uma opinião estranhamente predominante entre os homens que casas, montanhas, rios, e numa palavra todos os objetos sensíveis têm uma existência natural ou real distinta de serem percebidos pelo entendimento. Mas, por maior confiança e aquiescência que este princípio tenha recebido no mundo, quem tiver coragem de discuti-lo poderá perceber, se não me engano, que ele envolve uma manifesta contradição. Pois, o que são os objetos acima mencionados senão coisas que percebemos pelos sentidos? E o que percebemos além das nossas próprias idéias ou sensações? E não é claramente contraditório que alguma delas ou alguma combinação delas possa existir impercebida? (P, 4)

Conhecido como *Master Argument*[6], o princípio *esse est percipi* enuncia imediatamente uma nova verdade: a de que não é possível que os objetos sensíveis possam existir fora das mentes ou das coisas pensantes que os percebem. O argumento, cuja conclusão é de que, portanto, "não existe outra substância além do espírito, ou aquele que percebe." (P, 7), é exposto nos sete primeiros parágrafos dos *Princípios* e pode ser resumido pelas quatro teses seguintes:

1. Os objetos sensíveis são todas aquelas coisas que percebemos pelos sentidos;
2. As coisas que percebemos pelos sentidos são idéias;
3. As idéias não podem existir sem serem percebidas;
4. Os objetos sensíveis não podem existir sem serem percebidos. (*Cf.* Brykman, 1993, p. 244 e Tipton, 1974, p. 58)

Na ordem das razões de Berkeley, o *Master Argument* seria um argumento logicamente anterior às críticas que ele desenvolve contra a doutrina das idéias abstratas e da substância material. Suas críticas a tais doutrinas, procedendo basicamente por redução ao absurdo, deveriam ser lidas, portanto, apenas como formas indiretas e logicamente posteriores dele provar o princípio *ser é ser percebido*. O próprio estabelecimento da doutrina imaterialista por parte de Berkeley independe, assim, de sua crítica à doutrina da substância material. Fogelin caracteriza o argumento de Berkeley a favor do imaterialismo como um argumento intuitivo. Na formalização de Fogelin, o argumento teria a seguinte forma:

[6] O termo "master argument" deriva de um artigo de André Gallois: "Berkeley's Master Argument", *Philosophical Review*, 83 (1974). O próprio Berkeley parece sugerir que sua posição se reduz a esse argumento: "estou disposto a reduzir tudo a esse ponto. Se você puder conceber ser possível que qualquer mistura ou combinação de qualidades, ou que qualquer objeto sensível, exista fora da mente, então eu admitirei que isso realmente é assim." (D, I, 200)

> I. É uma verdade intuitiva que os objetos que eu tenho consciência são idéias e, enquanto idéias, não podem existir impercebidos. Com efeito, é uma contradição supor que eles, sendo percepções, possam existir impercebidos.
> II. Acerca das entidades das quais eu não tenho consciência, elas devem ser (a) idéias, (b) espíritos, ou (c) outras entidades que não idéias ou espíritos.
> (a) Se elas são idéias, então, novamente, elas não podem existir impercebidas, pois é uma contradição supor que possam existir impercebidas.
> (b) Se elas são espíritos, então, naturalmente, não apresentam nenhum desafio ao imaterialismo.
> (c) Se tais entidades não são nem idéias nem espíritos, nós não podemos concebê-las, e a hipótese de sua existência é completamente ininteligível. (Fogelin, 1996, p. 334)

Se "distinguir entre uma idéia e a percepção de uma idéia" era, para Berkeley, a "grande causa para imaginar substâncias materiais" (*PC*, 609), com o estabelecimento do princípio *esse est percipi* a existência independente real dos objetos físicos, afirmada pelo realismo metafísico, é, portanto, descartada e, conseqüentemente, junto com ela o ceticismo.

Neste ponto vale notar que a fim de rejeitar o representacionalismo e a noção de substância material impercebida a ele associada, Berkeley não se baseia apenas no princípio *ser é ser percebido*, mas também num segundo princípio. Trata-se do princípio de semelhança, segundo o qual "uma idéia não pode ser semelhante a nada a não ser a uma idéia" (P, 8).

Nos *Comentários filosóficos* Berkeley já havia anotado: "Um homem não pode comparar duas coisas entre si se não percebe a ambas, logo, não pode dizer de uma coisa que não é uma idéia que é semelhante ou dessemelhante a uma idéia." (*PC*, 51). E, novamente, "*Qu*: algum homem viu alguma vez outras coisas além de suas próprias idéias, algo com o que pudesse compará-las e fazê-las semelhantes?" (*PC*, 47).

Contra o representacionalismo Berkeley argumenta então, não só que não faz sentido dizer que idéias dependem ou são necessariamente conectadas a uma substância material impercebida, como também que não faz nenhum sentido supor que idéias possam representar alguma coisa não percebida ou fora da mente. Pois, se assumirmos que as coisas têm uma existência "fora da mente", não é possível ver como as idéias podem representá-las. Idéias não podem representar nada a não ser outras idéias, e se a mente nada percebe imediatamente a não ser idéias, ela não pode perceber alguma coisa diferente ao percebê-las. Não podemos dizer que duas coisas são semelhantes ou dessemelhantes a menos que possamos comparar essas duas coisas. Para colocar a mesma coisa de outro modo, não podemos dizer se A é semelhante a B se conhecemos A mas não conhecemos B. Como podemos ler no parágrafo 8 dos *Princípios*, é com base no princípio de semelhança que Berkeley também se apóia para rejeitar o representacionalismo.

> Mas pode-se alegar que embora as idéias mesmas não existam fora da mente, poder haver, contudo, coisas semelhantes a elas das quais elas são cópias ou imagens; coisas que existem fora da mente em uma substância impensante. Respondo que uma idéia não pode ser semelhante a nada a não ser a uma idéia; uma cor ou figura não pode ser semelhante a nada a não ser a outra cor ou figura. Se examinarmos um pouco nossos pensamentos, descobriremos que nos é impossível conceber uma semelhança exceto somente entre nossas idéias. Mais uma vez, pergunto se aqueles supostos originais ou coisas externas, das quais nossas idéias seriam imagens ou representações, são elas mesmas perceptíveis ou não? Se elas são, então são idéias, e nós confirmamos nossa tese; mas se se alegar que elas não o são desafio quem quer que seja se faz sentido afirmar que uma cor é semelhante a alguma coisa que é invisível, ou que duro e macio é semelhante a algo que é intangível; e assim por diante. (P, 8)

Tendo constatado que o ceticismo é o resultado natural do representacionalismo, segundo o qual as idéias representam coisas

independentes da mente, Berkeley encontrou, portanto, uma nova maneira de resolver (ou talvez dissolver) este problema: converter as idéias em coisas e, adicionalmente, dizer que idéias representam somente outras idéias. Neste sentido, como afirma Tipton, "a solução de Berkeley ao problema é em essência inacreditavelmente simples" (Tipton, 1994, p. 53). Pois, tendo considerado que a origem ou a causa do ceticismo residia na suposição de que coisas reais são distintas das idéias, o que Berkeley fez foi concluir que a oposição ao ceticismo devia basear-se na suposição contrária, ou seja, que idéias e coisas deviam ser identificadas.

> A tática envolve levar o argumento do cético ao limite e negar que existe um mundo material jazendo por trás do que verdadeiramente experimentamos quando percebemos. Mas tendo feito isto, Berkeley pode virar o feitiço contra o cético alegando que não existe mais qualquer argumento a favor do ceticismo. A verdade como ele a vê é que há somente um mundo, um mundo sobre o qual nossos sentidos nos informam e que é composto de idéias, e que este mundo é o mundo real. Ele foi considerado ilusório somente por aqueles que cometeram o erro de supor que havia *outro* mundo para além do limite da experiência e do qual o mundo como nós o conhecemos na experiência imediata é apenas uma sombra. (Tipton, 1974, p. 53)

Popkin (1983) também argumenta que em boa medida a máxima de Berkeley *esse est percipi* origina-se da sensibilidade de Berkeley relativamente ao problema cético e é destinada a resolvê-lo pelo golpe revolucionário de *identificar* idéias com coisas. Privado da mão oferecida a ele pela dicotomia idéia/coisa, o ceticismo ficaria desarmado.

A identificação entre *coisas* e *idéias,* ou seja, a tese de que o *esse* é *percipi*, ou de que não há uma realidade para além do que é percebido, é, na opinião de Berkeley, a estratégia capaz eliminar o ceticismo. Esse novo princípio permite a Berkeley defender que temos acesso aos objetos reais, dissipando a incerteza em relação à existên-

cia das coisas sensíveis e todas as dificuldades levantadas pelos céticos. Para nos salvar do ceticismo Berkeley identifica coisas com idéias ou, como ele prefere dizer (*Cf.* D, II, p. 282), transforma as idéias (as únicas coisas que podemos conhecer) em coisas. O imaterialismo, neste caso, suprime o dualismo inerente às doutrinas representacionalistas e sustenta que aquilo a que temos acesso direto é tudo o que existe, não havendo, assim, um véu interposto entre idéias e coisas, e, conseqüentemente, nenhum ceticismo.

5. Do ceticismo ao realismo direto?

A crítica de Berkeley ao representacionalismo ou realismo indireto, devido a suas implicações céticas, feita com base na defesa do princípio *esse est percipi* e no princípio de semelhança, nos leva a perguntar agora, então, se Berkeley defende, em contrapartida, e como parte de sua doutrina positiva, uma forma de realismo direto como alternativa para nosso conhecimento dos objetos físicos. Para respondermos a esta questão precisamos antes ter presente o que Berkeley entende por idéias e por objeto.

Em sua defesa do imaterialismo Berkeley faz uma distinção radical entre espíritos (ativos) e idéias (passivas) e entre idéias dos sentidos e idéias da imaginação (Cf. P, 27-30). Ele qualifica as idéias dos sentidos como dados dos sentidos, tendo pelo menos, as seguintes características: (a) são exatamente o que elas parecem ser; (b) são *objetos* para as mentes e não mentais; (c) são *dadas* a nós na experiência; (d) elas "persistem quando nós não as sentimos". (Jessop, 1953, p. xiii, *apud* Bracken, 1958, p. 42). Considerando-se esse conceito técnico de "idéia", o imaterialismo não é nenhum subjetivismo. Pois, os objetos corpóreos, i.e. as coisas sensíveis, são então definidos como coleções de idéias dos sentidos, as quais constituem a ordem objetiva do mundo e não são dependentes da mente humana para sua existência. Ou, como afirma Woodbridge numa referência ao realismo de

Berkeley, as "idéias" de Berkeley são os "componentes reais da natureza e não os componentes da mente" (Woodbridge, 1918, p. 202).

De fato, de acordo com a definição de Berkeley, um objeto é apenas uma coleção de qualidades ou de idéias sensíveis que reunimos na experiência. Assim, por exemplo, "quando se observa que uma determinada cor, sabor, cheiro, figura e consistência, estão juntos, são considerados uma coisa diferente, significada pelo nome *maçã*. Outras coleções de idéias constituem uma pedra, uma árvore, um livro, e as demais coisas sensíveis..." (P, 1). Numa outra passagem, mais uma vez fazendo uso do conceito de idéias como "dados dos sentidos", Berkeley esclarece novamente o que entende por objeto: "Retire as sensações de maciez, umidade, aroma, acidez, e você suprimirá a *cereja*. Uma vez que ela não é um ser diferente das sensações, uma *cereja*, eu afirmo, não é nada senão um agregado de impressões sensíveis, ou idéias percebidas por vários sentidos; idéias que estão unidas em uma só coisa (ou que receberam um só nome) pela mente; porque se observa que elas estão ligadas umas às outras" (D, III, 249).

Dada esta concepção metafísica sobre os objetos, Berkeley sustenta, então, que os objetos físicos ordinários são imediatamente percebidos, visto que em muitos casos a percepção imediata de algumas idéias sensíveis é a percepção imediata de um objeto físico ou é suficiente para a percepção de um objeto físico. Essa tese permite a Berkeley sustentar não só que sabemos que existem objetos, mas também que obtemos um conhecimento imediato acerca deles. Perceber imediatamente algumas das idéias sensíveis que compõem a cereja, por exemplo, é suficiente para alguém dizer que percebe imediatamente a própria cereja. É com isso que Berkeley conta quando ele nos diz que segundo seus princípios nós de fato temos conhecimento dos objetos físicos, e que nós os apreendemos por meio dos sentidos, isto é, que os sentidos são meios adequados para nos revelar a natureza das coisas. "... afirme-se a evidência dos sentidos quanto se

quiser, pois estou querendo fazer o mesmo. O que vejo, ouço e sinto, existe, ou seja, é percebido por mim; e não duvido disso mais do que duvido de minha própria existência. Mas não vejo como o testemunho dos sentidos pode ser alegado como uma prova a favor da existência de alguma coisa que não é percebida pelos sentidos. Não pretendo que ninguém se torne *cético*, e duvide de seus sentidos; pelo contrário, dou a eles toda importância e certeza imagináveis; nem existem princípios mais opostos ao ceticismo do que estes que eu formulei". (P, 40).

A defesa por parte de Berkeley de uma teoria da percepção segundo a qual os objetos físicos ordinários são imediatamente percebidos, complementa, pois, a sua (suposta) refutação do ceticismo baseada na tese *ser é ser percebido* – pois constitui uma teoria da percepção positiva que pretende garantir a confiança nos sentidos – e o aproxima, sem dúvida, do realismo direto do senso comum. Uma leitura da teoria de Berkeley como uma forma de realismo direto é autorizada ainda, além de por sua crítica ao realismo representativo ou indireto, pelo fato dele mesmo sugerir que sua doutrina traduz a visão do senso comum.

> Pertenço à classe das pessoas comuns, simples o suficiente para acreditar em meus sentidos e deixar as coisas como as encontro... minha opinião é que as coisas reais são aquelas mesmas coisas que vejo e sinto, e percebo por meio de meus sentidos. Estas eu conheço... É também minha opinião que as cores e outras qualidades sensíveis estão nos objetos. Não posso... deixar de pensar que a neve é branca e o fogo, quente. Você, certamente, que por *neve* e *fogo* quer dizer alguma substância externa, impercebida e incapaz de perceber, está no direito de negar que a brancura e o calor são qualidades inerentes a eles. Mas eu, que entendo por estas palavras as coisas que vejo e sinto, sou obrigado a pensar como as outras pessoas. E, como não sou cético no tocante à natureza das coisas, tampouco o sou no que concerne à sua existência. Que uma coisa deva ser realmente percebida pelos meus sentidos e, ao mesmo tempo, realmente não existir, é para mim uma evidente contradição, já que não posso prescindir ou abstrair, mesmo em pensamento, a existência de uma coisa sensível, do fato

> dela ser percebida. Madeira, pedras, fogo, água, carne, ferro, e coisas parecidas, as quais nomeio e sobre as quais converso, são as coisas que conheço. E não as teria conhecido se não as tivesse percebido por meio de meus sentidos; e as coisas percebidas pelos sentidos são imediatamente percebidas; e as coisas imediatamente percebidas são idéias; e idéias não podem existir fora da mente; sua existência, portanto, consiste em serem percebidas. Quando, então, elas são realmente percebidas não pode haver dúvida quanto à sua existência. Fora, então, com todo esse ceticismo, com todas essas ridículas dúvidas filosóficas. (D, III, p. 229-230)

Outra razão para interpretar a teoria de Berkeley como uma forma de realismo direto é fornecida pela preocupação que ele teve em qualificar sua posição, oferecendo uma resposta contra a acusação de que o realismo do senso comum é incapaz de explicar o erro e a ilusão. (Cf. *D*, III, 238). Tudo indica que ele não teria tido esta preocupação se não considerasse sua própria teoria da percepção como uma forma de realismo direto. Interessado em contemplar uma característica fundamental da concepção *ordinária* do conhecimento – que os objetos imediatos de nossa percepção são os objetos *reais* – e afastar o ceticismo abrigado pelo realismo representativo ou indireto, parece plausível, pois, sustentar que a oposição de Berkeley ao ceticismo apóia-se numa forma de realismo direto.

Referências

BERKELEY, G. *A Treatise Concerning the Principles of Human Knowledge*. Edited by J. Dancy. Oxford: Oxford University Press, 1998.

————. *Three Dialogues between Hylas and Philonous*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

————. *George Berkeley*: *Philosophical Works*; *including the Works on Vision*. Edited by Michael R. Ayers. London: Dent/Everyman, 1993.

BENNETT, J. *Locke*, *Berkeley*, *Hume*: *Central Themes*. Oxford: Oxford University Press, 1971.

BERMAN, D. *George Berkeley*: idealism and the man. Oxford: Clarendon Press, 1994.

BRACKEN, H. M. "Berkeleys's Realisms". *The Philosophical Quarterly*, v. 8, n. 30, p. 41-53, 1958.

BRYKMAN, G. *Berkeley et le voile des mots*. Paris: Vrin, 1993.

DONEY, W. "Berkeley's argument against abstract ideas", *Midwest Studies in Philosophy* 8 (1983) 295-308.

FLAGE, D. E. *Berkeley's Doctrine of Notions*. London/Sydney: Croom Helm, 1987.

FOGELIN, R. J. "The Intuitive Basis of Berkeley's Immaterialism". *History of Philosophy Quartely*, v. 13, n. 3, p. 331-344, 1996.

JESSOP, T. E. (ed.). *Berkeley: Philosophical Writings.* Austin, 1953.

LUCE, A. A. *Berkeley's Immaterialism*. London: Thomas Nelson and Sons, 1945.

MONTAGUE, W. P. "The New Realism and the Old". *Journal of Philosophy*, IX, p. 39-46, 1912.

POPKIN, R. H. "Berkeley and Pyrrhonism". In: M. Burnyeat (ed.). *The Skeptical Tradition.* Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1983.

SMITH, P. "As Respostas de Berkeley ao Ceticismo". *Doispontos*, v.1, n.2, p. 35-55, 2005.

TIPTON, I. C. *Berkeley*: *The Philosophy of Immaterialism*. London: Methuen, 1974.

URMSON, J. O. *Berkeley*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

WINKLER, K. P. *Berkeley: An interpretation*. Oxford: Oxford Press, 1989.

WOODBRIDGE, J. E. "Berkeley's Realism". *Studies in the History of Ideas*, I, p. 188-215, 1918.